



**AO DOUTO JUÍZO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE PONTA GROSSA –
ESTADO DO PARANÁ**

Processo n.º 0007734-24.2019.8.16.0031

CREDIBILITÄ ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL E SERVIÇOS LTDA.
 (“**Credibilitä Administrações Judiciais**” ou “**Administradora Judicial**”),
nomeada na recuperação judicial supracitada, em que são requerentes **BIO MATE
AGROINDUSTRIAL EIRELI – ME; RAIMUND KELLER CULTIVO DE CEREAIS –
EPP; RAIMUND KELLER; ANA KARINA ESSERT KELLER CULTIVO DE
CEREAIS EPP; ANA KARINA ESSERT KELLER**, todos participantes do **GRUPO
KELLER BIOMATE** (“**Grupo Keller**” ou “**Recuperandas**”), vem,
respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, expor o que segue.

I – O RELATÓRIO PROCESSUAL

A Administradora Judicial informa que, em atenção ao ato ordinatório de mov. 873.1, elaborou relatório do feito, que sege anexo, o qual indica os principais movimentos processuais, a fase dos incidentes de habilitação e/ou impugnações de crédito, bem como dos recursos vinculados ao processo principal, apontando os RMAs protocolados e o relatório do cumprimento do PRJ.

Segue, ainda, anexos, o Relatório dos Incidentes dos processos o Relatório dos Andamentos do Processo no formato sugerido pelo CNJ na Recomendação n. 72 de 2020, e, por fim, a Planilha do Cumprindo do PRJ.





II – DAS PENDÊNCIAS PROCESSUAIS

II.1 – Pedido de Constituições de UPI's (Mov. 852.1)

As Recuperandas requereram, no mov. 852.1, a publicação de edital de leilão para venda de UPI's, anotando que o PRJ aprovado em AGC e homologado pelo juízo previa a constituição destas.

Assiste razão às Recuperandas. O Plano de Recuperação Judicial estabeleceu na cláusula 4.6 a constituição de duas UPI's: **(i) UPI 01** – constituída por parte do imóvel de matrícula n.º 21601 (com área de 94,38 hectares); **(ii) UPI 02** – constituída pelo imóvel de matrícula n.º 14162 (com área total 23,17 hectares).

Restou previsto que as UPIS deverão ser vendidas em sua totalidade e serão alienadas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames (ressalvadas as onerações em favor dos Credores com Garantia Real na forma do Item 4.7 do PRJ), não havendo sucessão do adquirente das UPI's por quaisquer dívidas e obrigações das Recuperandas e de suas subsidiárias, de qualquer natureza, inclusive as de natureza tributária, trabalhista e ambiental, na forma dos artigos 60 e 142 da Lei 11.101/2005.

O PRJ também estabeleceu que a hasta pública será conduzida pela empresa TM Leilões, cuja comissão do leiloeiro (3% sobre o valor da arrematação) será paga pelo arrematante vencedor.

Quanto aos valores para alienação das UPI's, a cláusula 4.8 prevê que na hipótese de venda na 1ª ou 2ª Hasta Pública, o valor deverá observar o indicado na cláusula 4.6, qual seja:





UPIs Unidades Produtivas Isoladas	Matrículas	1º leilão (R\$)	2º leilão (R\$)
UPI 01	Parte de matrícula 21601 - Com área de 94,38 hectares	4.800.000,00	3.600.000,00
	Total	4.800.000,00	3.600.000,00
UPI 02	14162 - Área total 23,17 hectares	2.093.600,00	1.570.200,00
	Total	2.093.600,00	1.570.200,00

UPI 01 - Alienação de área de 94,38 hectares, a ser desmembrada da área maior que totaliza 426,36hectares, conforme mapa - Desmembramento para leilão ocorrerá posteriormente à aprovação do Plano de Recuperação na Assembléia Geral de Credores, no entanto, mapa da área segue anexa ao plano.

UPI 02 - Alienação de área total da matrícula.

Figura 1 - Processo: 0007734-24.2019.8.16.0031 - Ref. mov. 529.2

Há que se observar, ainda, que o único recurso interposto contra a decisão de homologação do PRJ (0093901-98.2023.8.16.0000) foi devidamente julgado pelo TJPR, transitou em julgado em 10/04/2024 e retornou ao juízo de origem (mov. 839.1).

Entende-se, assim, não há óbices ao deferimento do pedido das Recuperandas de mov. 852, todavia, a minuta do edital apresentada no mov. 852.2 deve ser retificada para prever o novo Juízo competente, ajustando-se as datas do leilão e o percentual da comissão do leiloeiro aos termos do PRJ (3%).

Assim, opina-se pelo deferimento do pedido, retificando-se a minuta do edital nos pontos acima citados.

II.2 – Parcelamento Fiscal em Atraso (Mov. 865.1)

A União – Fazenda Nacional apresentou manifestação no mov. 865 informando que após um ano da homologação do plano de recuperação judicial,

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em <https://projudi.tpr.jus.br/projudi/> - Identificador: Pj6NV BXWUW CGRY7 6NZTK



constatou que o parcelamento fiscal celebrado por uma das Recuperandas (Bio Mate Agroindustrial Ltda.) está em atraso, apontando a existência de novos débitos inscritos que impedem as Recuperandas em expedir certidão de regularidade fiscal.

O Ente Federal alegou que o inadimplemento do parcelamento fiscal é causa de decretação de falência (art. 73, V, LREF) e requereu a intimação das Recuperandas para manifestação e juntada de certidões de regularidade fiscal.

Antes de ser lavrado o parecer desta Administradora Judicial requer a intimação das Recuperandas para que prestem esclarecimentos sobre os débitos, requerendo, após, requer nova vista dos autos.

III – CONCLUSÃO

ANTE O EXPOSTO, requer a juntada dos relatórios anexos e opina:

i) pelo deferimento do pedido de leilão das UPIs, com a retificação do edital nos termos expostos no item II.1;

ii) pela intimação das Recuperandas para manifestação sobre o requerimento da União (mov. 865.1), pelas razões expostas no item II.2, requerendo, após, nova vista do processo.

Nestes termos, é a manifestação.

Ponta Grossa, 19 de julho de 2024.

Alexandre Correa Nasser de Melo
OAB/PR 38.515

Ricardo Andraus
OAB/PR 31.177